



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

11. SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO

NO PALACIO DO PLANALTO, EM 14 DE
MARÇO DE 1967, PERANTE OS MINISTROS DE
ESTADO, ENTÃO PELA ÚLTIMA VEZ REUNIDOS.

Mais que qualquer outra, esta reunião tem para mim o sentido de um símbolo. Convocando-vos para este encontro derradeiro, não posso esquecer que ele nos permite voltarmos a inteligência e o coração para um Brasil que está ao nosso alcance construir, cujas dimensões podemos antever e em cuja grandeza confiamos. Esta imagem antecipada do futuro, cujos alicerces plantamos no presente, certamente nos consola da visão conturbada do passado recente.

Neste momento e em vossa presença, eu falo à Nação brasileira.

Nos trinta e cinco meses transcorridos a partir de março de 1964, o País passou de um caos premeditado a uma ordem desejada, da insegurança planejada à segurança estruturada, da desordem comandada à ordem consentida. Isso é preciso fixar, como penhor de um sacrifício não inútil, de uma responsabilidade não esquecida, de um poder não desperdiçado.

O quadro de problemas que enfrentávamos era nítido e não comportava sofismas nem aceitava paliativos. Ou encarávamos, com decisão, o dever da tarefa que a situação nos impunha ou deixávamos truncado o destino grandioso deste país e indefesas suas instituições.

Na maré montante de crises do Brasil de 1964, a verdade é que somente de crises não havia crise. Numa fase de contínua e substancial expansão do comércio internacional, estivemos a destruir nossa capacidade de exportar, estrangulada pela inflação interna e por medidas cambiais irrealistas, e traduzidas num comércio exterior emperrado pela burocracia e pelo intervencionismo.

Num período em que o postulado da estabilização monetária se alargava por países velhos e novos, desenvolvidos ou em desenvolvimento, capitalistas ou socialistas, o Brasil insistia em defender o primado da inflação como ilusório fator de desenvolvimento econômico.

Internamente, a crise inflacionária já liquidava todos os serviços de utilidade pública, aos quais se negavam ajustamentos tarifários capazes de cobrir custos e permitir a expansão de instalações. Havia, portanto, uma inflação corrente e uma inflação represada.

Os cálculos de investimento se tornaram uma impossibilidade prática, levando os capitais a buscarem setores de maior liquidez, e protegidos, ainda que em parte, da erosão inflacionária.

A cada novo salto dos índices gerais de preços reagia o Governo com um novo passo de intervencionismo estatal, inibindo o setor privado e comprometendo o setor público. Quando a acelerada voracidade do custo de vida consumia o salário dos trabalhadores, a solução simplista era decretar novos reajustamentos de salários nominais, injustamente distribuídos, de forma a beneficiar, não os trabalhadores mais produtivos, e sim os de que se requestava o apoio político para os governantes.

Os tabelamentos a preços irrealistas, os subsídios governamentais, destinados a mascarar a necessidade do reajustamento de preços de certas mercadorias e serviços, eram fatores de progressiva pressão inflacionária e crescente amortecimento da capacidade de investir.

Ao lado dos deficits do Tesouro e autarquias, que forçavam contínuas emissões de papel-moeda, uma política de crédito de visão míope sustentava por sua vez um clima de progressiva corrida inflacionária.

Num momento de irreversível transferência de populações dos campos para as cidades, um sistema demagógico de congelamento de aluguéis de residências e de preços de produtos agrícolas, estancava o investimento nesses setores, levando a frustração às populações urbanas pela escassez de gêneros e habitações. A taxa global de crescimento econômico caíra a menos de dois por cento ao ano e o ritmo inflacionário superava cem por cento.

Por cima e por baixo de todas essas crises, para as disfarçar ou justificar, havia o recurso à agitação estéril, o desprezo às instituições, a afronta cotidiana à hierarquia. Os partidos se desinteressavam no jogo das barganhas e o processo legislativo se estiolava em debates estéreis. Um simulacro de autoridade procurava atribuir sua impotência a um conúbio de forças internas e externas articuladas para impedir o nosso desenvolvimento, estrangular a nossa independência e aviltar a nossa democracia. A imagem que propositadamente assoalhavam do Brasil era a de um país insultado e espoliado de fora, amarrado e garroteado por dentro, para que não crescesse nem se afirmasse como Nação rica e soberana. Na ânsia de provocar uma indignação coletiva que se voltasse contra as instituições e o próprio regime, a cupidez de poder não hesitava nem mesmo em inventar uma imagem enxovalhada da Nação, tal como queria que fosse vista, para fins de propaganda.

Mas ante a aparente passividade com que puderam agir por algum tempo, não contaram os empreiteiros da desordem e da desorganização que o País cedo se cansaria da mistificação, cujos perigos compreendeu. Vimos então o desgoverno, o descalabro e a desintegração despertarem a Nação para a defesa da legalidade conspurcada. Nas Forças Armadas, bem me lembro, cresceu a necessidade da Revolução já reclamada também por ponderáveis e decisivas parcelas do meio civil. Pelas armas, se preciso, ir-se-ia preservar a Nação sob a inspiração de ideais renovadores e medidas saneadoras. Os militares congregaram-se contra os males que humilhavam e deprimiam a Nação, a saber: a obstinação de fechar o Congresso Nacional; o emprego destrutivo do trabalhador contra o trabalho; o estudante seviciado e lançado contra a educação; o crescente desrespeito à propriedade; a progressiva formação das «Forças Armadas do Povo»; a mistificação de uma estranha política externa, rotulada de «Independente»; e, no fundo dessa subversão, a desordem financeira para a insurreição encomendada e para o gozo do poder.

Assumi, pois, o Governo num instante em que a economia do País definhava por falta de estímulos e as instituições eram impotentes para reagir ao desafio partido justamente de quem jurara defendê-las.

Na ordem econômica e na ordem institucional o que se fizera, portanto, fora bem montar um sistema de impasses, ao qual urgia contrapor um conjunto de soluções, através da mudança de atitudes e da modernização das instituições.

Havia um *impasse fiscal*, traduzido num orçamento cujo déficit potencial excedia de 20% a totalidade da receita. Hoje existe um orçamento próximo do equilíbrio, no qual se disciplinou a participação dos investimentos em relação ao período 1961 a 1963. Com a nova reforma tributária que disciplina o imposto de circulação dos Estados e Municípios, o Brasil deixou de ser um arquipélago fiscal para se tornar um mercado comum.

Quase insolúvel era o *impasse cambial* de um país endividado por anos de irresponsabilidade e que, desprovido de reservas cambiais, teria de pagar no prazo de um ano mais de um bilhão de dólares, soma equivalente à quase totalidade da receita previsível das exportações em moeda conversível. Temos agora um país com crédito externo restabelecido, a dívida regularizada e reservas cambiais que nos permitem negociar com independência.

Extraordinariamente grave era o *impasse habitacional*, resultante da relutância demagógica em remunerar e recompor os capitais investidos na construção, subvencionando o teto para poucos à custa do desabrigo de muitos. Deixamos um país com um sistema financeiro de habitação realista e viável, agora enriquecido pelo Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, e que, em apenas um ano, construiu mais habitações populares do que todo o sistema previdenciário em mais de 20 anos.

Não menor era o *impasse na política mineral*. Um falso nacionalismo hostilizava os capitais externos sem mobilizar os capitais internos, confundindo riqueza com matéria inerte no subsolo. Assistimos, presentemente, a um novo surto mineiro, graças a um Código de Minas modernizado, capaz de diminuir nossa dependência em relação ao subsolo alheio. A Petrobrás, voltada agora para suas tarefas técnicas, e livre da infiltração ideológica, aumentou de 50% sua produção de óleo cru e em cerca de 25% sua capacidade de refino. A liberação do setor petroquímico para a iniciativa privada provocou um surto de investimentos que dotará o

Brasil, em breve, de um dos grandes parques petroquímicos do mundo.

Ruidoso era o *impasse rural*, pois a reforma agrária fora transformada em tema de agitação demagógica, em vez de ser esforço honesto para melhoramento das condições de posse da terra. A implantação da nova tributação sobre o latifúndio improdutivo assim como os projetos de colonização melhorarão de forma segura o panorama agrícola.

Generalizado era o *impasse nos serviços de infra-estrutura*. No setor de eletricidade, tarifas irrealistas deixavam aberta apenas a opção inflacionária para financiamento de investimentos. A preocupação das aparências levou-nos a negligenciar investimentos em distribuição urbana. Temos hoje um programa capaz de dobrar até 1970 a capacidade instalada com sólida programação técnico-financeira e adequado apoio de instituições internacionais de crédito. No setor de telecomunicações a falta de investimentos, pela indecisão governamental e pelo cerceamento da iniciativa privada, levou a uma crise de efeitos perniciosos simultaneamente para o desenvolvimento econômico e a segurança nacional. Uma clara definição de política e a cobrança de taxas realistas permitiram-nos lançar um programa de investimentos que, em três anos, corrigiram a maior parte do atraso acumulado. No setor de transportes, temos hoje, pela primeira vez, uma programação decenal, com séria análise de prioridades dos diversos meios de transporte, por setores e regiões, com perspectivas de financiamento internacional. Logrou-se restaurar a disciplina nos portos e na navegação. Têm diminuído os deficits ferroviários e a nova legislação de combustíveis permitirá a execução de um substancial programa de investimentos rodoviários.

Bem conhecido era o *impasse sindical*, resultante da frustrada tentativa de defender a participação dos trabalhadores na Renda Nacional exclusivamente por meio de aumentos nominais de salários. Buscamos métodos mais realistas de assegurar essa participação: instituímos um regime de verdadeira justiça fiscal, pelo qual os mais ricos pagam mais impostos, que financiarão o desenvolvimento social, e oferecemos aos sindicatos oportunidades para lutarem por benefícios permanentes, como o acesso à educação, através

de bolsas aos filhos dos trabalhadores, e a aquisição de casa própria, mediante programas de cooperativas operárias financiadas pelo Banco Nacional da Habitação. Finalmente, temos a máquina previdenciária unificada, escoimada de desperdício e corrupção, para que sirva realmente aos interesses do trabalhador. Em lugar do ilusório estatuto da estabilidade, burlado pelos patrões e às vezes deturpado pelos próprios trabalhadores, deixamos a estes aberta a opção de constituírem um patrimônio real, disponível para suas famílias, conciliando a proteção do trabalhador com a preservação da produtividade da empresa. E submeti ao Congresso Nacional projeto regulador do problema tecnicamente complexo, porém socialmente importante, da participação dos lucros, pondo fim, sem promessas demagógicas nem irresponsabilidade eleitoreira, a uma longa omissão do Executivo no cumprimento de dispositivos constitucionais.

Por que não lembrar o *impasse militar*, no qual, com a autoridade e a disciplina abatidas, as instituições armadas se desagregavam, imperando até o motim? Não demorou, no entanto, a recuperação das Forças Armadas, cada uma com os seus próprios elementos e as três ganhando progressivamente condições para resolverem problemas comuns e para a sua integração profissional.

Desenvolto era o *impasse estudantil*. Caracterizava-o o tentativa de desmoralizar professores, sobrepor os interesses ideológicos aos problemas e necessidades do ensino, ao mesmo tempo em que, mediante escusas fontes de financiamento, se buscava até corromper a mocidade. Graças, porém, a um esforço determinado e bem orientado, foi possível desmascarar-se a tutela do dinheiro e as agências da subversão. Vitalizou-se o ensino, restabeleceu-se a autoridade das direções escolares, e a quase totalidade dos alunos se encontra efetivamente voltada para o ensino e os problemas que lhe são pertinentes.

Notório era o *impasse da política internacional*, que se baseava na estratégia do medo e na tática do oportunismo. Fazíamos a gesticulação da independência, enquanto mendigávamos empréstimos e recusávamos os austeros sacrifícios que a independência exige. Um pseudonacionalismo confundia a afirmação de nosso país com a hostilidade aos outros, e buscava no exercício da arrogância a

sensação do poder. Buscávamos obter assistência para o desenvolvimento e a melhoria do comércio, não pelo mérito dos projetos, pela seriedade administrativa e competência dos programas, e sim, traficando nossas convicções em manobras oportunistas que comprometiam a segurança e nos expunham ao risco da infiltração ideológica e da corrosão da democracia. A similaridade das instituições básicas da livre iniciativa e do sistema democrático, pelas quais optamos, tornam mais fácil nossa convivência e mais natural nossa afinidade com os países do mundo ocidental. Mas a afinidade de sistemas não garante a coincidência de interesses. Como país em luta pelo seu desenvolvimento temos prioridade e interesses comerciais que muitas vezes diferem daqueles dos países desenvolvidos do mundo ocidental. Nem sempre nossos interesses políticos se exercem na mesma esfera de influência, e cumpre-nos, soberanamente, aceitar não somente o que contribui mas também rejeitar o que não concorre para a realização de nossas aspirações e, mais do que isso, de nossa vocação nacional — de nos transformarmos em um país grande e forte, capaz de eliminar a miséria de seu povo, ser um elemento de paz num mundo conturbado, respeitar os seus vizinhos, exercer o poder sem violência e conquistar a riqueza sem injustiça. Não é fácil, muitas vezes, conciliar tais aspirações, em certos casos conflitantes. Ainda recentemente, sem trair nossa tradição de devotados à causa da paz, soubemos, na reunião do México, sobre a proposta de desnuclearização da América Latina, reagir ao que seria, afinal, abdicar de um instrumento hoje indispensável no futuro da Nação, qual seja a utilização plena do progresso da ciência atômica para fins conscientemente pacíficos. Assim também é certo que podemos e devemos comerciar livremente com qualquer nação, diversificando nossos mercados e fontes de abastecimento de capital e tecnologia. Nosso Governo, mais que nenhum outro, expandiu de 14% o comércio com a área socialista em relação ao triênio anterior, praticando diariamente a tranqüila independência dos que confiam na força de seus princípios, e não a gesticulação verbosa dos que, escravos da estratégia do medo, se afirmam continuamente não-alinhados ou independentes porque querem esconder uma realidade somente possível de conquistar como o fizemos agora, pelo trabalho, pela seriedade das medidas e até pelo sacrifício.

Mais que uma mudança de atitudes, a solução dos *impasses* exigia a modernização dos instrumentos e das instituições, por isso promovemos a criação do Banco Central, como guardião da estabilidade monetária: a reforma de mercado de capitais, para facilitar o surgimento de toda uma instrumentação financeira do desenvolvimento; a reforma administrativa, para tornar mais ágil e eficiente a máquina do Estado.

A nova Constituição coroa a obra de modernização institucional, ao estabelecer regras para a elaboração e votação do orçamento, transformando-o num verdadeiro programa racional de trabalho.

Todos os *impasses* mencionados visavam afinal à desagregação das instituições políticas, para efeito de solapamento das bases do regime. O sistema de partidos, o processo eleitoral, as relações entre poderes e o convívio da Federação, tudo foi abalado, em sua substância, pelo vendaval da irresponsabilidade, desencadeado com fins obscuros e métodos muito nítidos.

A corrupção eleitoral era estimulada «ab alto», pois se negociava, com o aval do poder, a exaustão dos partidos de oposição em benefício dos partidos no Governo. Compare-se o número de deputados efetivamente eleitos pelo partido do então Presidente, antes de assumir o poder, e o número de deputados que veio depois a ostentar. Essa dança de prestígio, em busca de privilégios que só o poder garantia, já vinha de longe, é certo, mas foi aprofundada, no plano federal, bem como no estadual, para eliminar a autenticidade do sistema representativo e comprometer a decisão da vontade popular, viciando, pela raiz, o regime democrático.

A pletera de partidos, nascidos sob a inspiração sadia de permitir um amplo sistema de agremiação de tendências e vocações democráticas distintas, passou a ser instrumento de barganha de cargos e de posições, tudo à custa do dismantelamento da administração, da ruína do Tesouro e da perversão da ética política. A pluralidade partidária passou a ser promiscuidade partidária: os programas dos partidos perderam seu sentido de compromisso dos representantes para com os representados; e a indisciplina

partidária ameaçava converter a tarefa do Governo, de um esforço racional de persuasão, numa transação de interesses pessoais.

Sob o pretexto de que bases eleitorais importantes poderiam ser comprometidas com uma ação responsável, o Poder Central tornara-se complacente, senão conivente com o descabro reinante em alguns Estados, onde tinha governadores aliados. Sob o pretexto de que um tratamento justo poderia concorrer para aumentar prestígio, o Poder Central impunha o boicote econômico a alguns Estados, cujos Governadores não abdicavam das boas normas federativas.

Era chegado, talvez até já tivesse passado, o momento de perguntarmos, cada um de nós, para que queremos e porque defendemos o regime democrático. Por certo, não era nem é para favorecer a corrupção, permitir a subversão da ordem e das instituições, facilitar a desagregação do poder, provocar o estrangulamento da economia, o desespero do povo e a desmoralização da Pátria.

No entanto, a tudo isso fomos levados e conduzidos.

Por amor à própria democracia tivemos de esperar e aceitar durante longo tempo que os seus inimigos, aliados aos seus amigos incapazes, lhe destruíssem os fundamentos, impedissem a sua eficácia e lhe deformassem a destinação. Por amor à democracia, assistimos ao comprometimento do respeito devido ao país no exterior e devido às instituições no interior.

Nesse contexto, nada mais urgente que uma profunda reforma das instituições políticas, no interesse de preservar a eficácia do sistema representativo. Obedeceram ao duplo propósito — de restaurar a moralidade e promover eficiência — a lei eleitoral, o estatuto dos partidos e agora a nova Constituição, que compõem o processo de reforma política.

Previamente à imposição de prazos para a elaboração legislativa, prevalecia estiolante inércia legislativa, que muitos consideravam demonstração de liberdade quando era apenas exibição de ineficiência. Hoje geralmente se reconhece que essa disciplina restaurou o Congresso na sua função essencial de legislar para um país em desenvolvimento. A limitação de sua iniciativa em ma-

téria financeira é dispositivo de muitas constituições modernas, em reconhecimento da necessidade de se manterem programas de trabalho coerentes, e de se evitar excessiva propensão política à pulverização de recursos e à formação de deficits inflacionários, capazes de sacrificar a um tempo a estabilidade e o desenvolvimento.

Conforme assinaei na Mensagem enviada há poucos dias ao Congresso Nacional, na abertura da sessão legislativa, «o Brasil deixou de ser o país dos problemas impossíveis, do impasse político, da instabilidade social, do imobilismo administrativo».

Somos hoje um país capaz de organizar-se e agir objetivamente, havendo deixado para trás numerosos impasses e tendo à frente variadas opções.

Para melhor escaparmos ao imediatismo das soluções e à permanente improvisação de diretrizes inconstantes, encontrará o futuro Governo um Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social. Representa um esforço no sentido de consolidar a experiência do passado, mediante uma série de diagnósticos da situação real do Brasil. Podemos dizer que aí se ensaia uma perspectiva de longo prazo, através da formulação de uma estratégia de desenvolvimento. Poderia dizer que se busca fixar as condições gerais de comportamento da economia, visando ao desenvolvimento sem inflação, e disciplinando prioridades através de programas de investimento, cujas perspectivas variam entre cinco e dez anos, todos sujeitos, porém, a revisões periódicas que os mantenham permanentemente atualizados.

Trata-se de uma tarefa pioneira, na qual à dose de ousadia deve corresponder uma taxa de incerteza, talvez até de erro, como inevitável em qualquer experimentação ou programação do campo econômico e social. Mas, baseado numa análise realista de possibilidades e limitações, poderá contribuir para reduzir alguns de nossos mais arraigados vícios de comportamento político e administrativo. Dentre eles lembraria as soluções demagógicas, que, por perseguirem objetivos antagônicos, sacrificam o desenvolvimento futuro em busca da popularidade imediata; as soluções dilatórias, que adiam problemas sob a pretensão de resolvê-los; e solu-

ções utópicas, aparentemente sedutoras, por encararem questões que são, no fundo, de produção e produtividade como se fossem problemas de repartição e caridade.

Analisadas várias estratégias exequíveis de desenvolvimento, podemos contemplar como realizável uma perspectiva de apreciável crescimento da capacidade de produção de bens e serviços, inclusive pela melhor utilização da capacidade ociosa de alguns setores e pela absorção de novas tecnologias. Esse objetivo pode e deve ser conciliado com um declínio da taxa de inflação nos primeiros anos, até se atingir a estabilidade.

As prioridades de plano se configuram claramente. Há que ampliar e consolidar a infra-estrutura econômica notadamente no campo da energia, transportes e telecomunicações. Programamos um acréscimo de doze e meio milhões de quilowatts entre 1967 e 1976 na capacidade instalada de energia elétrica, mobilizando, segundo esquemas realistas, recursos internos e internacionais. A nossa produção petrolífera, dependendo de logarmos êxito no desenvolvimento de novos campos — perspectiva razoável à luz das indicações existentes — poderá aumentar de 360 mil barris-dia, até o fim do decênio. Delineamos um esforço maciço para recuperação do atraso no setor de telecomunicações, agora preparado para uma taxa anual de crescimento.

Uma segunda prioridade diz respeito à transformação tecnológica da agricultura e à modernização do sistema de abastecimento, principalmente para os grandes centros urbanos. O desenvolvimento da indústria de fertilizantes e o seu suprimento a preços razoáveis para o agricultor poderão ter alta prioridade.

No setor industrial, as perspectivas de rápida expansão parecem concentrar-se nas indústrias siderúrgicas, de bens de capital, metais não ferrosos, química e petroquímica, papel e celulose. A produção de lingotes de aço, por exemplo, poderá ampliar-se de uma e meia vezes no próximo decênio. Mas é preciso também modernizar as indústrias tradicionais de bens de consumo, com vistas ao aumento de sua produtividade.

No setor da infra-estrutura social, está considerado grande impulso aos programas de educação, habitação e saneamento, geral-

mente subestimado nos programas de desenvolvimento econômico, apesar de fundamentais para a melhoria de produtividade do agente econômico.

Estima-se ainda, no Plano Decenal, devermos crescer, anualmente, de 3,4 milhões o número de alunos novos nas escolas primárias, 3,8 milhões as matrículas no ensino médio, 219 mil no ensino superior, e manter uma taxa anual média de incremento de 4,3% na formação da mão-de-obra profissional.

Nada menos de 3.6 milhões de unidades residenciais poderão ser construídas no próximo decênio, atender ao crescimento da população e corrigir parte do atraso acumulado.

Subjacentes às quatro grandes prioridades setoriais a que me referi, e para que possam ser atendidas, há dois fatores de ordem institucional a considerar. O primeiro é o fortalecimento da empresa privada nacional, na fase de transição, em que é necessário substituir os estimulantes mórbidos do período inflacionário por um conjunto de diretrizes políticas estáveis, visando à remoção dos principais obstáculos à expansão da empresa nacional, notadamente o problema do capital de giro, o problema da produtividade e o problema do acesso a fontes de recursos internacionais.

Além da implementação da reforma administrativa, para correção da exasperante ineficiência da máquina estatal, a substituição do imediatismo e da improvisação por um mecanismo racional de desenvolvimento exigirá a consolidação dos instrumentos de planejamento e coordenação econômica.

Julgamos de nosso dever, através do Plano Decenal, dar ao novo Governo uma contribuição construtiva, que não me foi dado herdar, no sentido de economizar tempo de elaboração e pesquisa, na busca de soluções e opções. Assim a tarefa de Governo se iniciará com um adequado montante de informações e elementos de juízo, que não dispensam nem atenuam a intransferível responsabilidade das decisões, que lhe cabe tomar, mas que contribuirão para diminuir a angústia da escolha, abater o inevitável coeficiente de erro e aumentar o grau de racionalidade das linhas de ação.

A experiência de Governo e, mais do que isso, a experiência colhida fora do Governo, ensinaram-me a distinguir a origem de

algumas atitudes que podem viciar o poder e desencaminhar a opinião pública. Percebi ser sempre mais fácil adular o povo do que respeitá-lo. Nisso a demagogia vence e substitui a democracia, porque é mais cômodo prometer soluções e transferir problemas, do que enfrentar a impopularidade de soluções que desgostam a uns e prejudicam a outros embora beneficiem a maioria.

Verifiquei ser mais fácil e mais sedutora a teoria do desenvolvimento do que a prática do desenvolvimento, porque a primeira promete obras sem o senso de prioridade, deformando as instituições e deixando de lado os investimentos que não são espetaculares, mas que são absolutamente indispensáveis à continuidade do processo de crescimento. Por isso entendi que o desenvolvimento, antes das obras, exige uma mudança de instituições e de atitudes. Aprendi a distinguir entre a exigência da liberdade, que é legítima, e que por ser legítima não isenta de deveres, e o abuso da irresponsabilidade, que nada mais representa do que uma preocupação obsessiva com os direitos adquiridos e um esquecimento sistemático dos deveres descumpridos.

Aprendi, também, e deve estar ainda vivo na consciência da Nação, que há profunda incompatibilidade entre a promessa de facilidades e a exigência de emancipação econômica, porque a nossa independência dependerá, cada vez mais, da nossa capacidade para financiamento, internamente, os nossos investimentos. De pouco valem as frases feitas de independência, se não estivermos dispostos a reunir recursos na área pública e privada, para a abertura de novas frentes. Nenhum país, novo ou velho, capitalista ou socialista, se desenvolve na irresponsabilidade política, no consumo supérfluo, na ostentação acintosa, ou no criminoso desregramento. A nossa decisão de crescer, para ser efetiva, precisa ser corajosa, para ser profunda, precisa ser paciente, para ser urgente, precisa ser coletiva.

Governei com estas convicções porque a Revolução me impôs o dever, a obrigação e a responsabilidade de olhar por cima dos grupos, dos partidos e das classes o interesse do país e o interesse do povo.

Mas tudo quanto fizemos devo-o, principalmente, à dedicada colaboração dos meus imediatos auxiliares, os Ministros de Estado,

cujo devotamento à restauração da dignidade e da eficiência na administração constitui extraordinária página de desapego a tudo quanto não seja contribuir para dar melhores dias ao Brasil. Também não poderia esquecer os ocupantes dos altos escalões da administração pública, tão rica de servidores exemplares, que enobrecem a classe a que pertencem e honram os quadros do funcionalismo nacional. E se me apraz uma palavra de Justiça e reconhecimento à capacidade dos que tanto me ajudaram, também não devo esquecer o alto espírito de cooperação que dominou o convívio de toda a área governamental, sem quebra do prestígio e da autoridade que nunca deixei de deferir aos Ministros de Estado, e aos chefes dos gabinetes Militar e Civil. A todos, na exigüidade destas palavras, quero testemunhar o meu agradecimento pessoal e o muito que lhes deve o país.

Ao transmitir o poder ao Governo que, em nome do povo, foi legitimamente constituído pelo Congresso Nacional, anima-me uma certeza: a de que entrego ao meu sucessor um país organizado, cheio de opções, e não como o recebi, atado por problemas inadiáveis e dificuldades intransferíveis. O que está longe de significar que não deva enfrentar problemas de trabalhos e dificuldades. Estou, porém, seguro, e estes são os meus votos mais sinceros, que o país terá na sua direção um governante com as condições reclamadas pela árdua tarefa de liderar uma nação em pleno desenvolvimento.

Ireis permitir que já ao chegar ao fim desta exposição ainda vos anuncie algumas observações baseadas na experiência do governante que chega ao termo da sua missão.

Ressaltarei, inicialmente, que a consciência das responsabilidades de hoje deve ser medida pela consciência dos riscos de amanhã. Por isso aceitei com humildade, mas com plena firmeza, a responsabilidade de desagradar aos que somente se lembravam do presente e aos que apenas pensavam no passado. O destino de um país não pode depender da soma de algumas vaidades e de alguns ressentimentos. Uma nação é muito mais do que essas mesquinhas parcelas, pois é a soma de suas decisões conscientes.

Entendi que alguém, no Governo, precisava se desvincular dos mitos e enfrentar a realidade, porque os mitos fingem soluções mas não aplacam a fome, nem removem problemas.

Entendi que alguém, no Governo, devia sobrepor-se aos grupos de pressão e defender as instituições, porque o interesse destas é permanente e coletivo, e o daqueles episódico e egoísta.

Alguém, no Governo, precisava entender que o Brasil não é uma mentira que consola, mas uma realidade que comove pela quantidade de miséria iludida e pela quantidade de riqueza desprezadas.

Alguém, no Governo, precisava aceitar que o Brasil não é dos que se dizem marginalizados porque não lhes foi dado o poder que queriam.

Alguém, no Governo, precisava compreender que o Brasil não é dos que se dizem traídos, porque lhes foi negada a oportunidade de traírem.

Entendo sim, e o declaro nesta hora solene, que as esperanças do povo brasileiro se orientam no sentido de um desenvolvimento contínuo, baseado, fundamentalmente, no esforço e na capacidade nacionais. Entendo que nossas vontades exigem que não enganemos o povo com falsas miragens para esconder amargas decepções, pois nenhum sacrifício será insuportável para o povo se o verdadeiro objetivo for a nossa independência como Nação.

Não quis nem usei o poder como instrumento de prepotência. Não quis nem usei o poder para a glória pessoal ou a vaidade dos fáceis aplausos. Dele nunca me servi. Usei-o, sim, para salvar as instituições, defender o princípio da autoridade, extinguir privilégios, corrigir as vacilações do passado e plantar com paciência as sementes que farão a grandeza do futuro. Usei-o para enriquecer o país, preparando-o para realizar a felicidade das gerações de amanhã. Usei-o para advertir a nação contra a demagogia, alertá-la contra o desenvolvimentismo inflacionista, preveni-la das suas responsabilidades, pois somente assim o Brasil será suficientemente forte e lúcido para construir a democracia, alcançar o progresso e preservar a independência. E se não me foi penoso fazê-lo, pois jamais é penoso cumprirmos o nosso

dever, a verdade é nunca faltarem os que insistem em preferir sacrificar a segurança do futuro em troca de efêmeras vantagens do presente, bem como os que põem as ambições pessoais acima dos interesses da Pátria. De uns e outros desejo esquecer-me. Pois a única lembrança que conservarei para sempre é a do extraordinário povo, que na sua generosidade e no seu patriotismo, compreensivo face aos sacrifícios e forte nos sofrimentos, ajudou-me a trabalhar com lealdade e com honra para que o Brasil não demore em ser a grande Nação almejada por todos nós.